

Resumo de atividades 2015

O Projeto Estratégico do CEDIS, seguindo a genética do centro, procurou refletir a busca pelo conhecimento jurídico atual e relevante, nos seus vários quadrantes e em conexão com ciências afins. Por motivos organizacionais, o Projeto foi estruturado em torno de dez grupos de investigação autónomos mas comunicantes e complementares entre si, que entretecem um Projeto largamente convergente, embora não unitário. Neste resumo de atividades, procurar-se-á refletir isso mesmo, e organizando a informação segundo essa estrutura.

Grupo "CRIMINALIA": iniciou-se o trabalho de análise do direito penal, de novos tipos penais bem como da análise do regime contraordenacional, tendo originado a publicação de livros, artigos e working papers, bem como a participação em conferências nacionais e internacionais. No âmbito letivo foram também desenvolvidas aulas e módulos destinados a criarem e divulgarem conhecimento sobre os novos desafios e realidades do direito penal e contraordenacional.

Grupo "Dimensão Económica e Social do Direito Privado": parte substancial do trabalho foi dedicada à elaboração do projeto do código civil anotado, que seguiu a um bom ritmo, tendo ainda organizado materiais (conferência, livro, artigos) na área do direito do consumo. Em outras áreas do direito privado, nomeadamente no direito dos contratos e do trabalho, também se registaram publicações, participações em conferências e o fortalecimento de redes de contactos.

Grupo de Investigação "Direito e Justiça": foi dada consistência à análise do direito aplicado nos tribunais, com o projeto do observatório da jurisprudência portuguesa, para o qual contou com a contratação de uma bolsista de iniciação científica, projeto cujo fim último é a criação de uma base de dados de acesso ao público, que permitirá ver a aplicação de certos princípios do direito processual civil e seguir um processo da primeira instância ao supremo (foram, para o efeito, realizadas visitas a tribunais com o fim de recolher dados in situ). Este grupo viu também a publicação de variados artigos na área da resolução alternativa de litígios, direito processual civil e análise do discurso jurídico, tendo, além disso, participado em conferências. Há ainda a registar que três investigadores deste grupo conseguiram ainda um contrato de investigação nacional com a Fundação Francisco Manuel dos Santos para a elaboração de um estudo sobre a jurisprudência da crise.

Grupo "Direito, Estado e Religião", renomeado "Direito, Religião e Sociedade": prepararam-se artigos, análises ao regime da liberdade religiosa nos países de língua portuguesa, e editada uma compilação de direito religioso. Foram também entabuladas conversações com vista à futura edição de uma enciclopédia de Direito e Religião.

Grupo “Direito, Lusofonia e Interculturalidade”: em parte ligado ao trabalho anterior, com a qual partilha a análise histórica do universo da lusofonia, levou-se a cabo a produção um vasto número de publicações (livros, artigos em revistas nacionais e internacionais, participação em conferências nacionais e internacionais). Registe-se, também, a organização e realização do IV Congresso do Direito de Língua Portuguesa em São Tomé e Príncipe, a edição do livro de Direito Constitucional de Moçambique e uma análise da constituição Angolana.

Grupo “Direito, Participação e Política: participação em 2 projetos europeus, preparação da edição da Revista de Direito Público, e abriu-se o seu entendimento num sentido mais lato a questões europeias, económicas e de participação dos cidadãos na gestão da informação (projetos que darão frutos já no próximo ano). Além disso, foram ainda efetuados moot courts, com o objetivo de captar os estudantes de Direito para o Direito em ação e o seu funcionamento a nível do Direito Internacional. Também na ótica do Direito Internacional, e em estreita articulação com o grupo da Lusofonia foi iniciada uma análise, *on-line*, do Direito Internacional Público de Língua Portuguesa ([http:// http://dipdip.cedis.fd.unl.pt/](http://http://dipdip.cedis.fd.unl.pt/)). Este grupo contou com publicações de livros, artigos, e capítulos de livros, tendo já iniciado a preparação de trabalhos para a continuação do projeto do Observatório da Legislação Portuguesa.

Grupo “Direito, Segurança e Democracia”: seguiu-se com a publicação dos números 5 e 6 da Revista de Direito e Segurança, foi publicada uma Enciclopédia de Direito e Segurança, que já está a ser revista com vista à sua segunda edição, preparam-se trabalhos na área da Proteção Civil e analisou-se o relevo da segurança nos programas partidários. Numa ótica de integração dos estudantes, foi promovida, no âmbito do grupo, a publicação como *working papers* dos trabalhos dos melhores alunos dos Doutoramento e Mestrado de Direito e Segurança. Além disso, os membros do grupo contribuíram com publicações de capítulos de livros, artigos e outros livros.

Grupo “Inovação Social nos domínios financeiro, tributário e da segurança social” – renomeado iLab “Inovação Social nos domínios financeiro, tributário e da segurança social”: foi iniciado um trabalho de criação de uma plataforma *on-line* (<http://ilab.cedis.fd.unl.pt>) e, futuramente, rede internacional, para publicação de trabalhos na área do grupo, numa lógica de *open access* e criação de mais valia social. Foram ainda publicados artigos e capítulos de livros, e organizado um workshop.

Grupo “O Direito na História: agentes, categorias e representações”: seguiu o trabalho previsto a nível do contínuo aumento e melhoria da sua biblioteca digital. Verificou-se uma produção científica de livros, artigos e participação em conferências nacionais e internacionais sobre várias épocas da História do Direito. Foi ainda criado um site com o tema da magistratura judicial no império português: <https://magistratura18001926.wordpress.com/fontes/>.

Grupo: “Questões de género (..)”: foi publicado um livro e alguns artigos na área da igualdade de género e discriminação face à doença e idade.

Desvios

Nos desvios ao projeto estratégico proposto há a notar, como apontamento menos positivo, uma relativamente baixa execução orçamental face ao inicialmente previsto. De facto, para um orçamento anual de global de 60203€ apenas foram submetidas despesas na ordem dos 27722,31€ ao qual se acrescentam os encargos gerais. Assim, a execução orçamental ficou-se pela ordem dos cinquenta por cento. Isto deveu-se, maioritariamente, ao insucesso no lançamento de 6 bolsas de iniciação científica, bem como ao atraso na organização e realização de alguns eventos programados (por exemplo, o CONSEDE) e na aquisição de bibliografia especializada através de outras verbas.

Este ponto não foi ainda objeto de um pedido de correção de rubricas, mas sê-lo-á para o período relativo ao ano seguinte, de forma a melhor fazer cumprir o Projeto Estratégico (PE) na sua globalidade e a permitir uma mais eficiente (a nível de recursos) dinamização da ciência jurídica (e afins), contribuindo para o desenvolvimento de uma investigação científica de qualidade e referência nacional e internacional.

A nível da execução científica e os seus desafios há a notar: a alteração e fluidez no funcionamento da equipa. De facto, embora o PE tenha sido elaborado em torno de 10 grupos e a sua respetiva equipa, seccionada também por grupos, notou-se, ao longo deste ano, uma grande fluidez no funcionamento destes, e a produção de indicadores científicos com valor integrado em várias áreas do conhecimento jurídico (por exemplo, a produção de conhecimento científico na área da história do direito português, com grande retorno para um maior conhecimento e aprofundamento para a área da Lusofonia; na questão da segurança, pensada num modo global, regional, nacional, mas também lusófono, integrando assim estudos atualíssimos numa rede de conhecimento internacional lusófono; para dar alguns exemplos). Também da parte dos investigadores, fruto da captação de uma equipa de grande qualidade, há a notar que a sua produção científica demonstrou ser ampla, e em áreas de vários grupos, sem preocupação com a manutenção de barreiras estanques: afinal, o *motto* do CEDIS e, conseqüentemente, do seu PE é uma produção de conhecimento científico de qualidade, numa perspetiva simultaneamente agregadora e ampla, num ambiente que fomenta a transdisciplinaridade. Além disso, note-se que, se houve investigadores que deixaram de estar ligados ao PE, o número de investigadores aumentou, nomeadamente a nível dos estudantes de Doutoramento, e continuou-se a adensar a rede de contactos nacionais e internacionais (lusófonos e europeus), tudo isto de par com uma

cada vez maior atividade científica, tanto no que toca a publicações como no que diz respeito a apresentações em e organizações de conferências e colóquios, dentro e fora do país.

Há a notar que, a nível dos indicadores de produção científica, não houve um cumprimento estrito do inicialmente previsto: de facto, se a produção de capítulos de livros e *web-based resources* ficou ligeiramente aquém do programado inicialmente para este ano, é de referir uma fértil produção a nível de livros (nacionais e internacionais), artigos em revistas nacionais e internacionais, participação em conferências e organização das mesmas. Não contabilizada na tabela abaixo mas de grande relevância foi a criação de cursos breves em várias áreas do Direito de forma a transferir conhecimento para a comunidade académica, científica e sociedade.

Apesar disto, revelou-se difícil um estrito cumprimento no número e tipo de eventos expressamente enunciados, bem como de publicações de revistas, mas note-se que, com vista a tornar mais relevante e útil a pesquisa do PE, foram realizados outros eventos dentro das suas áreas de atuação, bem como se deram desenvolvimentos em áreas menos desenvolvidas aquando da escrita do PE.

Assim, embora não satisfeitos com o decorrer deste primeiro ano de PE, estamos em crer que o caminho traçado permitirá, de futuro, um maior desenvolvimento deste Projeto.